

'Moderados' recorrem ao plenário para derrubar Cabral 2

Da Sucursal de Brasília e da Reportagem Local

O grupo suprapartidário de constituintes "moderados" vai tentar derrubar o substitutivo do relator Bernardo Cabral e impor o seu próprio anteprojeto, através de um projeto de resolução que modifique o regimento interno do Congresso constituinte. O projeto seria apresentado hoje ou amanhã. O grupo nega, no entanto, que vá recorrer ao Supremo Tribunal Federal, através de um mandado de segurança, para mudar o regimento, embora o deputado Expedito Machado (PMDB-CE), não descarte esta possibilidade como recurso final. "Não digo que descarto inteiramente a possibilidade de recurso ao Supremo. O que eu digo é que nós vamos brigar dentro da própria Constituinte, via projeto de resolução, para garantir os direitos da maioria, que somos nós", disse o deputado Expedito Machado, um dos coordenadores do grupo, ao lado do líder do governo na Câmara, deputado Carlos Sant'Anna (PMDB-BA), Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP), Ricardo Fiúza (PFL-PE), Afif Domingos (PL-SP) e Luis Eduardo Magalhães (PFL-BA).

Sant'Anna disse que "em nenhuma das reuniões" que o grupo realizou no Hotel Nacional, onde os "moderados" alugaram uma sala, se mencionou a possibilidade de recurso ao STF. "Vamos brigar dentro da própria Constituinte, porque confiamos que somos majoritários ali", afirma Sant'Anna. O presidente do Supremo Tribunal Federal, Raphael Meyer, disse que até ontem nenhum processo nesse sentido ingressou naquele tribunal. Os "conservadores" querem substituir todo o capítulo já aprovado

da Ordem Social, o da Ordem Econômica e substituir vários títulos do substitutivo do relator Bernardo Cabral.

Com Sarney

Apesar disso, Expedito Machado diz que, se os "moderados" conseguirem reunir o apoio de 280 constituintes e não forem atendido pela mesa, o grupo vai "sabotar" as reuniões plenárias do Congresso constituinte, não comparendo às sessões. Na tarde de ontem, Sant'Anna, Prisco Viana, Expedito Machado, Ricardo Fiúza e Roberto Cardoso Alves conversaram por mais de duas horas com o presidente Sarney, a quem comunicaram a iniciativa do "bloco moderado".

Sant'Anna disse também ter procurado o deputado Ulysses Guimarães, presidente do Congresso constituinte para expor a posição do grupo. "Nós somos a maioria, podemos chegar a mais de trezentos. Estamos sufocados, tiranizados pela minoria ativa da Comissão de Sistematização, por força de um regimento autoritário", disse Sant'Anna. Ele se afirma também que o regimento interno, mesmo sendo "tirânico", não está sendo cumprido.

Covas

O senador Mário Covas, líder do PMDB no Congresso constituinte, reassumiu seu cargo hoje e disse ser contrário à tese de recurso ao Supremo Tribunal Federal (STF) contra a realização de sessões simultâneas do plenário do Congresso e da Comissão de Sistematização. "Os temas ligados à constituinte são para ser resolvidos ao nível de Constituinte", diz. Covas afirmou que por trás

da discussão regimental está a intenção de alterar o regimento e apresentar um novo substitutivo. "Além de ter um impedimento regimental, a medida tem um impedimento político". Se a proposta de alteração no regimento vingar e for colocada em votação, afirmou, "ela não passará no PMDB".

Segundo o senador, a hipótese de o consultor-geral da República, Saulo Ramos, elaborar outro substitutivo para ser usado pelos "moderados" é "absurda, pois nem constituinte Saulo é".

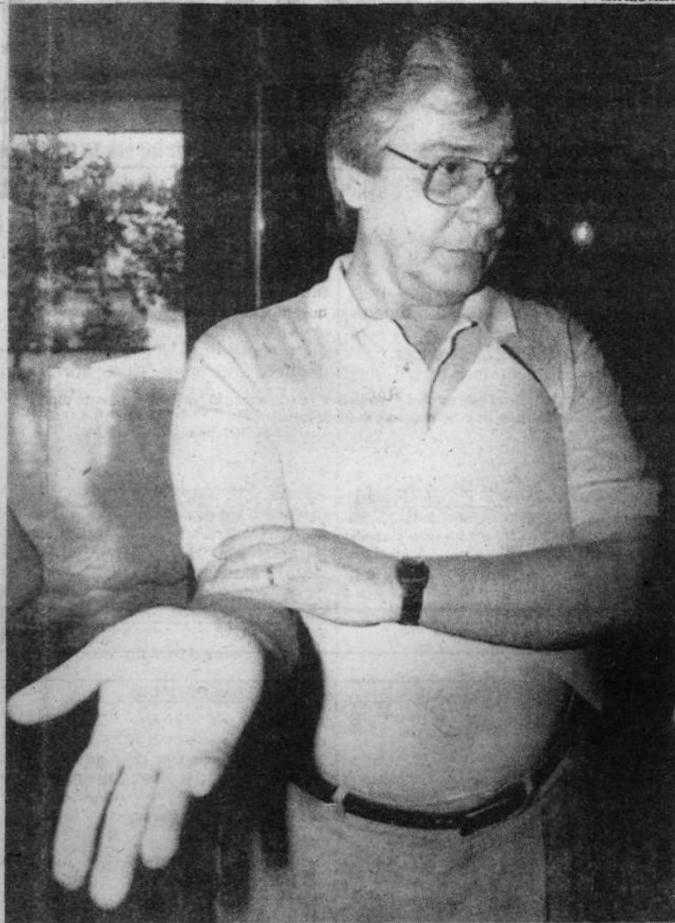
Cardoso

O senador Fernando Henrique Cardoso, líder do PMDB no Senado, disse ontem em São Paulo que "eles (referindo-se aos 'moderados') não podem apresentar substitutivo novo e seria muito mal que recorressem ao STF". Segundo Cardoso, o regimento interno do Congresso constituinte diz "claramente" que as votações em plenário devem ocorrer "capítulo por capítulo", acrescentando que a Comissão de Sistematização "já aprovou todos os capítulos, com exceção de alguns destaques".

PT

Em nota que começa a ser divulgada hoje, o Diretório Nacional do PT, que se reuniu em São Paulo no último fim-de-semana, alerta sobre o risco de um "golpe branco" nos trabalhos do Congresso constituinte. Segundo o partido, uma articulação da "ultra-direita", amparada em pareceres de juristas, estaria em curso com o objetivo de alterar as regras do jogo às vésperas do final dos trabalhos do Congresso constituinte.

Moreira Mariz



O senador Mário Covas fala aos jornalistas em sua casa de Brasília

Covas reassume hoje liderança do PMDB

Da Sucursal de Brasília

Depois de mais de cinquenta dias afastado das atividades políticas de plenário, o líder do PMDB no Congresso constituinte, o senador Mário Covas (SP), disse que a "tentativa do presidente Sarney de interferir no Congresso constituinte chegou ao seu limite". afirmou que as frequentes manifestações de representantes das Forças Armadas sobre a Constituição fazem parte de uma eferescência natural — "são duas ou três manifestações individuais que não podem ser adotadas como coletivas" —, e que "o barulho" feito no anúncio da Reforma Ministerial, na prática, "não correspondeu ao que eu esperava".

Covas retornou anteontem a Brasília, aparentemente recuperado dos problemas cardíacos que no dia 11 de setembro o levaram a embarcar às pressas rumo a São Paulo, de onde voltou com duas pontes de safena e uma mamária. Quatro quilos mais magro, percorreu as superquadras da capital, ontem pela manhã, durante uma hora, com a mulher, Lila. Às 14h, recebeu os vice-líderes — deputados Euclides Scalco (PR), Pimenta da Veiga (MG), Antônio Britto (RS) e Nelson Jobim (RS) — para uma reunião de "aquecimento", como disse aos repórteres que o esperavam. Mesmo voltando a ocupar o cargo de líder, Covas terá que guardar pelo menos duas horas diárias para exercícios.

Em Recife, Maciel afirma apoiar organização da "esquerda liberal"

Da Sucursal de Recife

Luiz Novaes - 03. Out. 87

O presidente nacional do PFL, senador Marco Maciel (PE), afirmou ontem, em Recife (PE) — onde esteve reunido com as principais lideranças partidárias no Estado —, que vê como uma "posição elogiável" a formação de um novo bloco em seu partido, que tem sido chamado em Brasília de "esquerda liberal" e seria liderado pelo senador Carlos Chiarelli (RS). "Acho que num partido como o nosso, aberto, democrático, e que ostenta em seu nome o adjetivo liberal, não se pode deixar de viver com a divergência", disse ele.

Para o senador, a "opinião do deputado Lúcio Alcântara (CE) e dos senadores Carlos Chiarelli, Jorge Bornhausen (SC) e Guilherme Palmeira (AL), e muitos outros, é uma posição muito elogiável, porque eles mostram-se preocupados com a necessidade do PFL assumir posições em sintonia com seu programa".

Mandato

Maciel afirmou ainda que reconhece, inclusive dentro de seu próprio partido, que "há um movimento muito grande, e a gente sente isso no país, e de modo especial dentro do



Maciel (na foto, em outubro passado) reuniu-se ontem com políticos em Recife

Congresso e em meu partido, de adotar outro procedimento do que a aprovação de cinco anos de mandato para o presidente José Sarney".

Eleições

Maciel disse também que "crescem as tendências por eleições gerais, com a renovação dos mandatos dos vereadores ao do presidente da

República, e pela antecipação das eleições presidenciais; mas, por enquanto, gostaria de aguardar o desenvolvimento dessas negociações". Depois afirmou que "uma coisa é certa: adotarei a posição que o partido adotar, se bem que pessoalmente defendo a posição que venho mantendo pelos cinco anos de mandato".

Senador do PFL-RN se diz "independente"

ROBERTO LOPES
Enviado especial a Brasília

"Eu já me resolvi: vou convocar uma convenção do PFL do meu Estado e, depois que ela resolver pelo rompimento com o Governo, coisa que é certa que vai acontecer, eu vou guardar uma posição de independência dentro do partido". Elegante, dentro de um blazer de camurça que combinava com a camisa de seda, o senador — e ex-governador do Rio Grande do Norte — José Agripino Maia, 42, de centro-direita (segundo o levantamento feito pela Folha e publicado no caderno "Os Eleitos") parecia, na noite do último sábado, inteiramente tranquilo.

Na pequena fila para o buffet servido na casa do embaixador aposentado Aluísio Napoleão — onde uma festa comemorava o 44º aniversário do filho dele, Hugo, recém-nomeado ministro da Educação —, Agripino Maia esquivou-se de criticar a posição do ministro das Minas e Energia — e presidente de honra de seu partido —, Aureliano Chaves, que, semana passada, liderou uma manobra para preservar o apoio do PFL ao governo. "Eu concordo com esses que dizem que o Aureliano tinha

certa razão em não romper com o governo sem saber quando e como será a sucessão de Sarney, já que ele é o nome mais forte do partido para essa sucessão. E só por isso não recuamos. Não vou sair do PFL, mas também não vou apoiar o governo. Fico em uma posição de independência, pronto para aguentar as consequências dessa decisão."

Maciel no sacrifício

Na noite quente, à beira do Lago Sul de Brasília, a festa para Hugo Napoleão, longe de se constituir em um evento de conagração do PFL — ou de comemoração pelo fato de um de seus senadores ter virado ministro —, transcorreu morna, reflexo de um partido dividido. A presença do presidente do PFL, senador Marco Maciel — que duas noites antes, diante do presidente da República, recusara-se a indicar Hugo para o cargo por manter posição de divergência com o governo — atraía pouca atenção.

De suas frases sempre muito cuidadosas e quase sempre ócas foram anotadas umas poucas palavras objetivas como "posição de sacrifício" (referência, claro, à postura assumi-

da pelo PFL com relação ao Palácio do Planalto). Aquela noite Maciel tinha, já, providenciado uma reunião do PFL pernambucano — marcada para hoje — em Recife, mas não disse nada. A intenção do presidente do PFL é a mesma de Agripino Maia: respaldar sua posição de dissidência, no inconformismo das bases de seu partido.

A menos de três metros de Marco Maciel, entre um e outro bolinho de milho com bacalhau, o senador Marcondes Gadelha (PFL-PB), 44, de centro, explicava porque, há pouco mais de dez dias, durante uma reunião de Aureliano com os senadores pefelistas, manifestara-se contra o rompimento com o governo. "Romper e depois fazer o quê? O que eu queria é que me dissessem é como ia ser o 'day after' desse rompimento, e ninguém me disse. O argumento era a reforma ministerial, que teria privilegiado o PMDB, mas será que essas pessoas não sabem que o Borges da Silveira (deputado do PMDB paranaense, nomeado ministro da Saúde) veio foi da Arena? Será que alguém duvida de que ele seja mais um da cota de confiança do Sarney?", perguntava Gadelha.